

ILMO. SR. PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA - FAETEC

Pregão Eletrônico nº 003/2021 – Lote 1

JGM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.,
pessoa jurídica regularmente inscrita no CNPJ sob o número 07.952.819/0001-06 e com sede na Av das Américas, 19005, Torre 1 sala 427 – Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ, vem, por seus representantes legais na forma dos seus autos constitutivos, apresentar

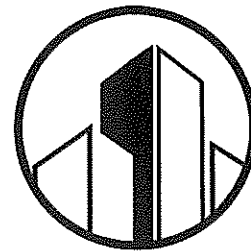
RECURSO ADMINISTRATIVO

nos termos do artigo 3º, XVIII da Lei nº 10.520/2002, e também do respectivo edital, em face da decisão equivocada que decretou a inabilitação da recorrente., tendo em vista o formalismo excessivo quanto à análise da proposta e interpretação errônea sobre a Convenção Coletiva de Trabalho a ser usada para elaboração da mesma, e sem levar em conta a menor onerosidade para a Administração Pública, segundo as razões de fato e de Direito que serão abordadas nas linhas a seguir.

I – DA TEMPESTIVIDADE

1. É tempestivo o presente recurso tendo em vista que a sessão pública que decretou a inabilitação da Recorrente para o lote 1 e declarou a MGS CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI. vencedora do certame ocorreu no dia 17 de maio de 2021 (segunda feira), iniciando-se o prazo de 3 dias do artigo 3, XVIII da Lei 10.520/2002 no dia seguinte, findando-se, portanto, no dia 20 de maio de 2020.

2. Sendo interposto na presente data através do envio de email ao endereço eletrônico comissao@faetec.rj.gov.br com posterior envio do original no protocolo central da FAETEC, conclui-se pela tempestividade do Recurso Administrativo.



II – DOS FATOS

3. A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, através da Fundação de Apoio a Escola Técnica – FAETEC, abriu licitação para contratação de *“empresa especializada em gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra, nas funções de Apoio Administrativo”*, conforme as condições estabelecidas no respectivo ato convocatório.

4. Após a etapa de lances, a Recorrente ficou classificada em 7º lugar, após as 6 empresas que tiveram colocação melhor do que a recorrente serem inabilitadas, por não terem habilitação para executar o contrato, objeto dessa licitação, a recorrente foi convocada pelo Ilmo. Pregoeiro para apresentar a documentação e proposta pertinente ao lote 1 do referido Pregão.

5. Como não poderia deixar de ser, a Recorrente cumpriu com a determinação do Ilmo. Pregoeiro e entregou toda documentação de habilitação, proposta readequada ao lance vencedor, em conformidade com o instrumento convocatório no dia 07/05/2021

6. Para a surpresa da Recorrente, ao retornar o certame no dia 17/05/2021, o Ilmo Pregoeiro assim decidiu para o lote 1:

17/05/2021 14:10:19 - Pregoeiro : No que se refere à documentação referente ao 12.5 - QUALIFICAÇÕES TÉCNICA, foi submetida à Diretoria de Apoio Operacional/FAETEC, que confirmou o atendimento das exigências do edital convocatório.

17/05/2021 14:09:31 - Pregoeiro : A respectiva documentação do item 12.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA foi submetida à Assessoria de Contabilidade da FAETEC, que confirmou o atendimento das exigências do edital.

17/05/2021 14:09:03 - Pregoeiro : As documentações relativas aos itens 12.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA e a 12.3 - REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA, foram analisadas pela Comissão Permanente de Pregão Eletrônico, estando em conformidade com as exigências do edital.

17/05/2021 14:07:05 - Pregoeiro : Após diligência feita pela Assessoria de Contabilidade, utilizamos a CCT RJ000713/2021 como base para análise de custos.

17/05/2021 14:06:37 - Pregoeiro : A empresa apresentou a CCTRJ000544/2020, vencida.

17/05/2021 14:07:58 - Pregoeiro : Sendo assim, constatamos que a proposta apresentada está em desacordo com as exigências do edital convocatório.



17/05/2021 14:10:48 - Pregoeiro : Sendo assim, a empresa JGM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA, arrematante do lote I, encontra-se INABILITADA.

7. Como podemos concluir de acordo com o chat oficial da sessão, o Ilmo. Pregoeiro declarou que a Recorrente apresentou toda documentação de habilitação em conformidade com o instrumento convocatório, porém, foi inabilitada por apresentar proposta em desconformidade, pois apresentou a Convenção Coletiva Vencida.

8. Ocorre que tal afirmação é um equívoco na interpretação em relação a vigência da Convenção Coletiva. No que tange a CCT, o instrumento convocatório destaca:

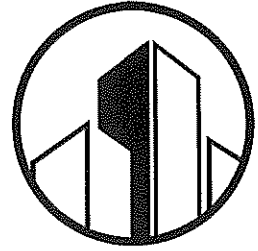
"9.2.4 - A proposta deverá prever o pagamento do Vale Alimentação com o valor mínimo diário, conforme CCT – Convenção Coletiva de Trabalho da Classe, e da Legislação Vigente."

9. A recorrente ao elaborar a proposta para disputa da fase de lance, considerou a convenção coletiva vigente, de acordo com o registro da sessão em anexo ao recurso, a fase de lance ocorreu no dia 26/03/2021, a Convenção Coletiva RJ000713/2021 que a assessoria de contabilidade informou que se baseou para análise de custos foi registrada no MTE em 30/03/2021, o que a torna impossível de ser utilizada pela recorrente para elaboração da proposta em questão, comprovando assim o equívoco do Ilmo. Pregoeiro em inabilitar a recorrente.

10. O Art. 614 da CLT determina a necessidade de registro e arquivo das CCT e ACT no Ministério do Trabalho e Emprego. O §1º do mesmo artigo 614 dispõe que três dias após a data de depósito no MTE os documentos coletivos entram em vigor.

11. Ante algumas divergências sobre a recepção desta disposição pela Constituição Federal, prevalece o entendimento de que o artigo foi recepcionado e que se faz necessário o depósito (ato conhecido como homologação) da norma coletiva para o fim de dar publicidade e possibilitar o conhecimento de terceiros

12. Segundo entendimento jurisprudencial, as normas coletivas oriundas da CCT ou ACT geram direitos e obrigações para as partes a partir da assinatura do instrumento, nos termos legais, pelos sindicatos da categoria envolvida.



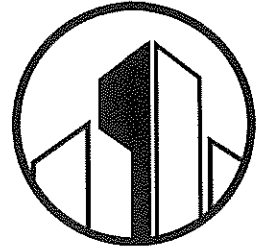
13. Nesse aspecto, a partir da assinatura da CCT ou ACT o documento já passa a surtir efeitos entre as partes e empresas cujos empregados estão inseridos na categoria abarcada pelo respectivo instrumento, já deverão atender as suas cláusulas, repercutindo nos contratos de prestação de serviços. **Porém, para ter validade perante terceiros, o documento deve ser devidamente registrado e arquivado no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, como exige a norma.**

14. Embora a cláusula primeira da CCT RJ000713/2021, aborda a vigência e data base, de 01/03/2021 a 28/02/2022, o registro ocorreu em **30/03/2021, vale destacar, data posterior a realização da fase de lances**. Os efeitos da CCT retroagem a vigência da mesma, porém antes do registro no MTE a recorrente não tinha acesso ao documento, impossibilitando de ser utilizada para elaboração da proposta, o que evidencia mais uma vez o equívoco do Ilmo. Pregoeiro em inabilitar a JGM Serviços.

IV – DA DECLARAÇÃO DO VENCEDOR DO LOTE 1

15. Fato curioso ocorreu no certame no mesmo dia 17/05/2021, após a inabilitação da Recorrente, o Ilmo. Pregoeiro convocou a empresa subsequente MGS CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI para apresentar documentação e proposta readequada no prazo de 3 dias úteis, conforme mensagem do pregoeiro abaixo:

“17/05/2021 14:14:32 – Pregoeiro: Em ato contínuo, em atendimento ao item 12.1.3 do Edital, convoco o Senhor Representante da empresa detentora da proposta de preços do lance de menor valor subsequente MGS CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI , devendo encaminhar toda a documentação prevista no edital, bem como a proposta de preço relativa ao valor arrematado do LOTE/ITEM I, com respectiva planilha detalhada, contendo no envelope o endereçamento: Comissão de Pregão Eletrônico – FAETEC, Rua Carimundo de Melo, 847, Quintino Bocaiúva, Rio de Janeiro, RJ – CEP: 21.311-280, no prazo máximo de (03) três dias úteis até o dia 20/05/2021, no horário de 9h as 17h, (...)”



16. Ocorre que no mesmo dia 17/05/2021, 1h após a convocação a empresa já foi considerada habilitada e vencedora do lote 1 do referido pregão, sem ao menos ter sua documentação e proposta analisadas:

*17/05/2021 15:05:23 – Sistema: Proponete MGS CLEAN
COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI Habilitado para o(s) item(ns) 1*

*17/05/2021 15:21:50 – Sistema: Declarado Vencedor para o Item
1: Proponente MGS CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI*

17. A Declaração de vencedor do lote 1 é um absurdo e curiosa, pois a documentação e proposta da empresa MGS, **vale destacar com o valor de R\$ 99.999,99 maior que a recorrente**, não chegaram a ser analisadas.

18. Posto isso, restará demonstrado nas linhas a seguir o equívoco na decisão de inabilitar a Recorrente e, conseqüentemente, em declarar a proposta MAIS ALTA como a vencedora do certame.

IV – DO FORMALISMO EXACERBADO E DA ECONOMICIDADE NA CONTRATAÇÃO

19. Antes de adentrar efetivamente no mérito da questão, é importante repisar alguns conceitos básicos referente as compras públicas, mais especificamente no que diz respeito a licitação propriamente dita.

20. Segundo a lição do professor José dos Santos Carvalho Filho, licitação é “o procedimento administrativo **vinculado** por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados (...)”¹.

21. Diante da esclarecedora lição do professor Carvalho Filho, é de se concluir que, em primeiro lugar, a licitação é um procedimento estritamente vinculado, que não deixa margem para considerações discricionárias do administrador. Toda a atividade

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo, 17ª ed. Lumens Juris Editora. Rio de Janeiro, 2007, p. 209-210



numa licitação deve encontrar-se respaldada pela lei, vedada a possibilidade de análise da conveniência e oportunidade por parte do pregoeiro.

22. **A licitação também tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública, considerando o binômio economicidade e efetividade.** Em outras palavras, não adianta a proposta ser apenas aquela mais barata, ela tem que ser analisada, com a mesma ponderação, quanto a sua efetividade e quanto a capacidade de execução por parte do Licitante Vencedor, considerando as condições da oferta.

23. Continua o professor Carvalho Filho dizendo que

julgadas e classificadas as propostas, sendo vencedora a de menor preço, o pregoeiro a examinará e, segundo a lei, decidirá motivadamente sobre sua aceitabilidade. Não há, entretanto, indicação do que seja aceitabilidade, mas, considerando-se o sistema licitatório de forma global, parece que a ideia da lei é a de permitir a desclassificação quando o preço ofertado for inexequível, ou seja, quando não comportar a presunção de que o contrato será efetivamente executado.²

24. Já para Hely Lopes Meireles, evidencia-se a inexequibilidade de preços nas seguintes situações:

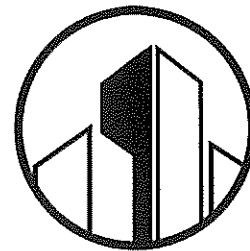
*[...] A inexequibilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou **excessivamente baixos**, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração.³*

25. A Lei de Licitações, em seu art. 48, inciso II, determina sejam desclassificadas propostas contendo valores inexequíveis, assim considerados aqueles que “*não se revelam capazes de possibilitar a alguém uma retribuição financeira mínima (ou compatível) em relação aos encargos que terá de assumir contratualmente*”⁴.

² Ob. Cit., p. 269.

³ MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo, Editora RT: 2010, pág. 202.

⁴ MENDES, Renato Geraldo. O processo de contratação pública – Fases, etapas e atos. Curitiba: Zênite, 2012, p. 313.



26. Com isso a Lei pretende atribuir maior segurança para a coletividade, garantido efetividade às compras e contratações de serviços pela administração pública, mitigando-se os riscos de uma futura inexecução contratual, já que o particular, ao apresentar proposta com preços muito baixos, poderá não dar cumprimentos às obrigações assumidas, assegurando-se ainda que as atividades executadas pelo particular sejam lucrativas, promovendo a circulação de riquezas no país.

27. Confira o que diz o artigo 48 Lei 8.666/93 a esse respeito:

Artigo 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

*II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou **com preços manifestamente inexequíveis**, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.*

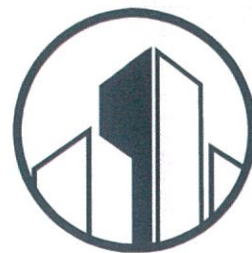
28. Neste mesmo sentido veja o que diz o artigo 4 da Lei 10.520/2002

Art. 4º - A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

*XI – examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quando **ao objeto e valor**, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.*

29. Diante do exposto acima, fica evidente que o Ilmo. Pregoeiro não observou a economicidade, a supremacia do interesse público e se equivocou na interpretação no que tange a vigência da convenção coletiva de trabalho ao inabilitar a recorrente e declarar vencedora a empresa MGS.



IV – CONCLUSÃO

30. Diante do exposto, requer-se seja reformada a decisão que decretou a inabilitação da Recorrente, passando a considerá-la como habilitada, e, diante do menor preço global apresentado pela Recorrente em comparação com a empresa *MGS CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI*. (declarada a vencedora antes do presente Recurso), seja a Recorrente declarada a vencedora do Lote 1 Pregão Eletrônico 003/2021.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2020

Raphael Willian Paes Pereira

Representante Legal

JGM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000713/2021
DATA DE REGISTRO NO MTE: 30/03/2021
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR013858/2021
NÚMERO DO PROCESSO: 13041.103061/2021-26
DATA DO PROTOCOLO: 22/03/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RICARDO COSTA GARCIA;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ, CNPJ n. 34.273.029/0001-69, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MANOEL MARTINS MEIRELES;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação, com abrangência territorial em Rio de Janeiro/RJ.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

O piso salarial da categoria profissional, a partir de 1º de Março de 2021, será no valor de R\$1.301,00 (um mil e trezentos e um reais), sofrendo um reajuste no percentual de 5% (cinco por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados abaixo relacionados terão os salários que se seguem:

- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE COZINHA	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE EMBALAGEM	R\$ 1.301,00

- AJUDANTE DE ARMAZÉM	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE LIMPEZA	R\$ 1.301,00
- ARRECADADOR	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE PORTARIA	R\$ 1.309,01
- AUXILIAR DE ALMOXARIFE	R\$ 1.381,65
- AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$ 1.381,65
- AUXILIAR DE PRODUÇÃO	R\$ 1.381,65
- AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 1.596,25
- AGENTE ADMINISTRATIVO/DIGITADOR	R\$ 1.606,40
- ALMOXARIFE	R\$ 1.853,65
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 1.516,70
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PLENO	R\$ 1.758,15
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SENIOR	R\$ 2.008,98
- ALPINISTA PREDIAL	R\$ 2.083,70 + periculosidade
- ALPINISTA INDUSTRIAL	R\$ 2.325,28 + periculosidade
- COPEIRA	R\$ 1.301,00
- CONTÍNUO/MENSAGEIRO	R\$ 1.301,00
- COZINHEIRA	R\$ 1.767,90
- CHEFE DE COZINHA	R\$ 1.928,60
- CHEFE DE DEPARTAMENTO OU SEÇÃO	R\$ 2.660,14
- DEDETIZADOR SEM MOTO	R\$ 1.483,60
- DEDETIZADOR COM MOTO	R\$ 1.547,06
- ENCARREGADO	R\$ 1.624,91

- ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	R\$ 1.862,08
- ENFERMEIRA SUPERVISORA DE HIGIENIZAÇÃO	R\$ 3.321,39
- FAXINEIRA	R\$ 1.301,00
- GARÇOM	R\$ 1.853,65
- INSPETOR DE SERVIÇOS	R\$ 1.930,49
- JARDINEIRO	R\$ 2.132,74
- LIMPADOR	R\$ 1.301,00
- LIMPADOR DE VIDRO	R\$ 1.301,00 + periculosidade
- LIMPADOR DE CAIXA D'ÁGUA	R\$ 1.301,00
- LIMPADOR DE FACHADA COM RAPEL	R\$ 1.657,74 + periculosidade
- MAQUEIRO	R\$ 1.301,00
- MONTADOR/REMANEJADOR	R\$ 1.301,00
- MANOBRISTA	R\$ 1.381,65
- OPERADOR DE CFTV	R\$ 1.301,00
- OPERADOR DE COPIADORA	R\$ 1.301,00
- OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$ 1.381,65 + periculosidade
- OPERADOR DE MICROTRATOR	R\$ 1.381,65 + periculosidade
- OPERADOR DE MOTO SERRA	R\$ 1.381,65 + periculosidade
- OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$ 1.684,98
- OPERADOR DE MÁQUINA LIMPEZA TRIPULADA	R\$ 1.519,82
- PORTEIRO/VIGIA/ZELADOR	R\$ 1.441,67
- RECEPCIONISTA	R\$ 1.381,65
- RECEPCIONISTA PLENO (BILINGUE)	R\$ 2.224,18
- RECEPCIONISTA SENIOR (TRILÍNGUE)	R\$ 2.683,45
- SERVENTE	R\$ 1.301,00

- SUPERVISOR	R\$ 3.321,39
- TRAMITADOR DE DOCUMENTOS	R\$ 1.301,00
- TRICICLISTA	R\$ 1.321,59

Todos os valores mencionados anteriormente serão válidos para aplicação a partir de 1º de Março de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os empregados que já percebam salários superiores aos pisos estabelecidos na presente cláusula, terão seus salários corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de Março/2021, não podendo perceber piso salarial inferior ao da sua função previsto na tabela acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O "limpador de vidro" só terá direito a receber o adicional de periculosidade, nos casos em que o empregado efetivamente executar serviços de limpeza de vidros em andaimes, numa altura superior à 2,5m (dois metros e meio).

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se "Digitador", inclusive para fins desta cláusula, o trabalho exclusivo em processamento eletrônico de dados, respeitados os limites legais.

PARÁGRAFO QUINTO: Para os empregados que prestam serviços às empresas representadas pelas partes convenientes, e que percebam salários superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), fica facultada a livre negociação de reajuste salarial, respeitando, no mínimo, um reajuste de 50% (cinquenta por cento) sobre o percentual de reajuste do piso da categoria, vigente a partir de 1º de Março de 2021.

PARÁGRAFO SEXTO: Considera-se "Recepcionista Pleno", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços bilíngue.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Considera-se "Recepcionista Senior", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços trilingue.

CLÁUSULA QUARTA - AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA - LEI Nº.13467/17

Os Sindicatos convenientes estipulam as condições de trabalho previstas neste instrumento normativo em consonância com as regras introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei nº. 13467/17.

CLÁUSULA QUINTA - JOVEM APRENDIZ

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho - TST, no Acórdão 0000076-64.2016.5.10.0000, de 11/4/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, inciso XXVI, da Carta Magna, flexibilizar a legislação sobre cotas, em atenção à realidade do setor, sem, entretanto, convencionar qualquer tipo de regra de inobservância da reserva legal de vagas, e com base na prevalência da autonomia da vontade coletiva, previsto na Lei 13.467/17, os Sindicatos Convenientes acordam que o piso

salarial do jovem aprendiz, a partir de 1º de Março de 2021, será de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), convertido em salário/hora.

Considerando que o Ministério Público do Trabalho da 1ª Região, em virtude de denúncia (notícia de fato/inquérito civil nº.004347.2019.01.000/8) apresentada pela Auditoria Fiscal do Trabalho, reconheceu que a presente cláusula convencional encontra-se com o devido amparo legal, os Sindicatos convenientes adotam a respectiva cláusula para toda a categoria representada por esta convenção coletiva de trabalho, nos seguintes termos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas prestadoras de serviços de asseio e conservação deverão aplicar o percentual de aprendizagem de 5%, previsto no art. 429 da CLT, sobre todas as funções que demandarem formação profissional, sendo que para fins de efeito de contagem do respectivo percentual, será levado em consideração o efetivo da empresa no referido mês de apuração.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para efeito de enquadramento de função ao que demanda formação técnico-profissional metódica, prevista no artigo 429, da CLT, e consequente estabelecimento de cálculo de percentagem de que trata o art. 48, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, entender-se-á por formação técnico profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas em ambiente de trabalho, realizada por meio de programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e a responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica estabelecidas no art.50 do Decreto 9.579/18.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas, diante da impossibilidade comprovada na contratação de jovem aprendiz, seja através de processos de recrutamento, anúncios em jornal, entre outros meios de recrutamento ou pela insuficiência de cursos ou vagas a que se refere o art.55 do Decreto 9.579/18, poderão, ainda, como forma alternativa de atender o aspecto social do parágrafo anterior, efetivar a contratação de jovens de 18 a 24 anos para prestarem serviços de asseio e conservação, com condições laborais e regime normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: Os Sindicatos convenientes acordam que nos contratos de prestação de serviço, com jornada intermitente e/ou temporária, por sua natureza transitória, as empresas ficarão dispensadas do cumprimento das cotas de aprendizagem e pessoa com deficiência (pcd).

PARÁGRAFO QUINTO: Ficam excluídas da cota as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, de acordo com o art.51, §1º do Decreto 9.579/18, bem como as funções relacionadas no parágrafo primeiro da cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, por não demandarem formação profissional, por conseguinte, não existir cursos de aprendizagem, além de ser trabalho que não proporciona aos jovens uma formação profissional metódica, de complexidade progressiva, de forma a facilitar o posterior acesso do aprendiz ao mercado de trabalho, conforme jurisprudência – processo 0101447-71.2017.5.01.0005, 5ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e Recurso de Revista nº TST-RR-191-51.2010.5.03.0013, de 06/08/2014.

CLÁUSULA SEXTA - DISPÊNDIO FINANCEIRO: REAJUSTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL EM 5,97%

Em face da variação financeira anual a ser suportada pelas empresas, nos termos desta Convenção Coletiva de Trabalho – CCT e, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, devem ser observadas as variações do dispêndio com mão-de-obra, ocorridas entre a CCT/20 e CCT/21, no mês da data-base, qual seja, março de 2021, nos termos da Lei nº 10.192/01, bem como do Acórdão nº 1.563/2004 e Súmula nº 222, ambos do TCU, portanto, extensiva a todos os contratantes de serviços privados e públicos (Administração Pública Federal, Estadual e Municipal), na forma a seguir demonstrada:

CLÁUSULAS	CCT / 2020	CCT / 2021	VARIAÇÃO FINANCEIRA
Cláusula 3ª (Piso salarial da Categoria)	R\$ 1.239,00	R\$ 1.301,00	5%
Cláusula 20ª (auxílio Alimentação*)	R\$ 414,00	R\$ 448,50	8,33%
*(Considerando-se em média 23 dias úteis/mês)			
Cláusula 25ª (Benefício Social Familiar)	R\$ 13,00	R\$ 16,00	23%
TOTAL	R\$ 1.666,00	R\$ 1.765,50	5,97%

REAJUSTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL DA CATEGORIA: 5,97% (cinco vírgula noventa e sete por cento)

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SÉTIMA - DATA DO PAGAMENTO

A empresa que não efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados até às 16:00 horas do quinto dia útil do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), mais um dia de salário por dia de atraso.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito de pagamento de salário, exclusivamente, o sábado não será considerado dia útil.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO PARA PAGAMENTO DO REAJUSTE

As empresas poderão pagar os novos salários, válidos a partir de Março/2021, e respectivas diferenças salariais, no contracheque do mês de Abril/2021, de forma a operacionalizarem o repasse dos novos custos aos seus contratos de prestação de serviços.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA NONA - DEMAIS FUNÇÕES TÉCNICAS E DE LIDERANÇA

As demais funções técnicas e de liderança não mencionadas neste documento, perceberão como piso mínimo, o mesmo piso salarial do encarregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: As outras funções que não exercerem posição de liderança e que não tenham qualificação técnica-profissional, receberão o piso salarial da função de servente.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRA - CHEQUE

As empresas comprovarão o pagamento do salário por meio de contra-cheque, discriminando, além do salário profissional, as horas extras, os adicionais, os benefícios e descontos efetuados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que efetuarem o pagamento de salário através de crédito e/ou depósito em conta corrente bancária, e/ou cartão salário, e/ou outra modalidade eletrônica de crédito, ficam desobrigadas de colher a assinatura do empregado, valendo como prova de pagamento, o comprovante de depósito ou extrato da conta corrente ou, ainda, o extrato da conta corrente eletrônica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas disponibilizarão os contra-cheques até 30 (trinta) dias após o efetivo pagamento do salário, com as discriminações das verbas salariais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBSTITUIÇÕES

O empregado admitido para substituir um demitido, receberá salário igual ao empregado de menor salário do mesmo cargo ou função, não considerando vantagens pessoais, conforme jurisprudência do TST.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PAGAMENTO DE ADICIONAIS E DESCONTOS

As partes convenientes acordam que, devido às peculiaridades do setor econômico, as horas extras, adicional noturno, faltas e atrasos ocorridos no mês, poderão ser processados na folha de pagamento do mês seguinte ao da respectiva ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS OU OPERACIONAIS

Para os empregados administrativos ou operacionais que exerçam funções que não foram citadas no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, os salários serão corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de 1º de Março de 2021, observando-se o Parágrafo Quinto da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica assegurado que nenhum empregado poderá receber salário inferior ao piso de sua categoria profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em função da tipicidade do segmento de prestação de serviços terceirizados, os Sindicatos Convenientes resolvem adotar a súmula 374, do TST, acordando que empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O salário dos empregados administrativos ou operacionais, admitidos após a última correção salarial da categoria, será atualizado na subsequente revisão, proporcionalmente ao número de meses a partir da data de admissão, conforme Art. 5º da Lei 7.238/84 (CLT), respeitando-se a regra da

irretroatividade dos pisos salariais estabelecidos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, do presente Instrumento Normativo.

PARÁGRAFO QUARTO: São considerados como cargo de confiança, à luz do presente pacto normativo, os gerentes, chefes de departamentos e coordenadores, ainda que assinem folha de ponto.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12 ou, alternativamente, em uma única parcela, a ser efetuada impreterivelmente até o dia 15/12.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas poderão, ainda, pagar em 4 parcelas mensais (setembro/21, outubro/21, novembro/21 e dezembro/21) o décimo terceiro salário, desde que seja complementado o seu valor integral até o dia 20 de Dezembro.

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Terceira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LÍDERES DE TURMA

Responsáveis por grupos de até 15 (quinze) empregados, serão considerados líderes de turma e farão jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aqueles que até a presente data estiverem exercendo o cargo de encarregado, mesmo com até 15 (quinze) empregados, permanecerão como encarregados e farão jus ao piso de encarregado, como previsto no parágrafo primeiro, da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os líderes de turma que permanecerem na função por mais de 6 (seis) meses, passam a serem efetivados na mesma, não podendo mais serem rebaixados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TRIÊNIO

Os Sindicatos convenientes acordam que não há mais gratificação mensal, a título de triênio, desde 1º de Outubro de 2008, respeitando-se, no entanto, as condições convencionadas até 30 de Setembro de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORAS EXTRAS

Na prestação de serviços extraordinários, as horas extras serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), e as trabalhadas nos domingos e feriados com acréscimo de 100% (cem por cento), ambos calculados sobre a hora normal.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ADICIONAL NOTURNO

As horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22:00 e 05:00 horas serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento) incidente sobre o salário base do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A jornada de trabalho para todos os empregados, nas horas efetivamente laboradas no período entre 22:00 horas e 05:00 horas, será computada como 52 minutos e 30 segundos, conforme preceitua o parágrafo primeiro, do Art. 73, da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas que ultrapassarem o período compreendido entre as 22:00 horas e 5:00 horas, não serão remuneradas com o adicional noturno previsto no caput.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA VIGÉSIMA - INSALUBRIDADE

Fica concedido aos empregados que exerçam as funções de limpeza, limpador, serventes, auxiliares de serviços gerais ou faxineiras, recepcionistas e demais empregados administrativos ou operacionais, um adicional de insalubridade, calculado de acordo com o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, desde que o laudo do SESMET das empresas prestadoras de serviços considere os respectivos locais insalubres, na forma abaixo:

a) 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, Grau Médio, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em hospitais, casas de saúde e ambulatórios;

b) 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, Grau Máximo, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em leprosários, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose, AIDS, e dentro das lixeiras dos prédios e/ou condomínios, além de dedetizador, imunizador e calafate.

c) o adicional de insalubridade previstos nas letras "a" e "b" do caput, somente serão alteradas mediante laudo pericial expedido por órgão de segurança e medicina do trabalho vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, podendo o mesmo ser acompanhado de um profissional indicado pelo Sindicato Laboral conveniente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não fará jus ao adicional de insalubridade o manuseio de produtos de limpeza predial, acondicionamento e transporte em lugar específico de sacos de lixo e lixeiras, eis que são atividades inerentes à função.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PERICULOSIDADE

As empresas obrigam-se ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei ou decisão judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: As gratificações pertinentes à Insalubridade e Periculosidade não se incorporarão ao salário, e serão devidas enquanto o empregado estiver exercendo a função que demande esse benefício.

Prêmios

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES

As gratificações pagas com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivas, excetuando-se, neste caso, as gratificações de insalubridade e periculosidade, bem como aquelas previstas nos parágrafos seguintes, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As importâncias, ainda que habituais, pagas à título de ajuda de custo, o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder um auxílio alimentação ou refeição no valor de R\$ 19,50 (dezenove reais e cinquenta centavos), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, as empresas terão o direito de descontarem dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (Dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO QUARTO: A concessão do auxílio alimentação ou refeição não será obrigatória se a empresa contratante franquear, sob qualquer condição, as refeições aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica facultado às empresas a concessão de auxílio alimentação ou refeição em valores superiores ao previsto no caput, seja em virtude de exigência de contrato de prestação de serviços ou por mera liberalidade do empregador.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica facultado às empresas, com a respectiva anuência do empregado, a concessão do intervalo de 30 minutos para intervalo e/ou refeições nos moldes da Lei 13.467/2017.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VALE - TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a conceder o Vale-Transporte, na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO: O desconto legal do complemento do vale-transporte, conforme previsto no parágrafo terceiro, da presente cláusula, será limitado ao valor creditado.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o saldo não utilizado de vale transporte na rescisão do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

Auxílio Educação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - BOLSAS DE ESTUDOS

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por empregado, a partir de 01 de Maio de 2021, conforme determinado na Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 03/02/2021, dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Médica, extensiva a cobertura aos dependentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 23.10.98, pelos Sindicatos Convenientes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os novos empregados que vierem a aderir o Plano de Assistência Médica, de que trata o caput da presente cláusula, poderá ser realizado pelo SIEMACO-RIO no setor de trabalho do empregado, ou, se for da sua conveniência, comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência médica, e, ou, sua exclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica convencionado que, os empregados que já aderiram o Plano de Assistência Médica, as empresas continuarão procedendo aos respectivos descontos.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica convencionado que o presente plano de assistência médica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 12,00 (doze reais) por empregado, a partir de 01 de Maio de 2021, conforme determinado na Assembléia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Odontológica, extensiva a cobertura aos dependentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 29.01.2016, pelos Sindicatos Convenientes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os novos empregados que vierem a aderir o Plano ONDONTOLÓGICO, de que trata o caput da presente cláusula, poderá ser realizado pelo SIEMACO-RIO no setor de trabalho do empregado, ou, se for da sua conveniência, comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência médica, e, ou, sua exclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica convencionado que, os empregados que já aderiram o Plano de Assistência Médica, as empresas continuarão procedendo aos respectivos descontos.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica convencionado que o presente plano de assistência odontológica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ANTECIPAÇÃO SALARIAL

Fica acordado que as empresas poderão conceder o benefício da antecipação salarial em até 40% dos salários normativos, com o propósito social de atender possíveis demandas urgentes e imprevistos do dia a dia. Para a viabilização do benefício em apreço, as empresas fornecerão aos empregados cartões magnéticos através de gestora de benefícios conveniada com os Sindicatos Convenientes, sem juros e quaisquer despesas para os empregados e para as empresas, com débito diretamente nas respectivas folhas de pagamento e repasse posterior à gestora de benefícios conveniada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A antecipação salarial prevista no caput da presente cláusula convencional deverá constar nos contracheques dos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de extravio, perda ou dano do cartão magnético, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As Entidades Convenientes prestarão indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, por meio de organização gestora especializada e aprovada pelas Entidades Convenientes, benefícios sociais, conforme tabela definida pelas Entidades e discriminadas no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prestação dos benefícios iniciará a partir de 01/04/2021 e terá como base, para seus procedimentos, o Manual de Orientação e Regras a ser disponibilizado no site da gestora em www.beneficiosocial.com.br. Para lisura do processo e conservação de direitos, este Manual deverá ser registrado em cartório, em momento oportuno.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para efetiva viabilidade financeira deste benefício e com o expresse consentimento das entidades convenentes, as empresas, a título de contribuição, recolherão, obrigatoriamente, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando a **partir de 10/04/2021**, o valor **total de R\$ 16,00 (dezesseis reais)** por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no site www.beneficiosocial.com.br, conforme decisão em Assembleia Geral Extraordinária. O custeio da contribuição do plano Benefício Social Familiar será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de afastamento de empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao empregado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

PARÁGRAFO QUARTO – Devido à natureza social e emergencial dos benefícios disponibilizados pelas entidades, na ocorrência de evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no site da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador, e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias, sob pena do empregador arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse.

PARÁGRAFO QUINTO – O empregador, que estiver inadimplente, ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente, devendo o empregador responder a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor piso salarial da categoria vigente à época da infração, indenização esta devida diretamente ao trabalhador e/ou seus familiares. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação formal de débito feita por e-mail, ficará isento desta indenização.

PARÁGRAFO SEXTO – Os valores porventura não contribuídos serão devidos e passíveis de cobrança extrajudicial e/ou judicial, acrescidos de multa, juros e demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso nos órgãos de proteção ao crédito.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fatos novos constantes nesta CCT, e em consonância à instrução normativa vigente, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

PARÁGRAFO OITAVO - Estará disponível no site da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade da cláusula do Benefício Social Familiar, dos últimos 12 (doze) meses, o qual deverá ser apresentado ao contratante e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado. Só poderá ser emitido o Comprovante de Regularidade do Benefício Social Familiar, quem estiver rigorosamente em dia com o pagamento mensal do referido benefício para todos os seus empregados, vinculados a categoria profissional das entidades convenentes.

PARÁGRAFO NONO - O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia de prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.

Empréstimos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica facultado às empresas abrangidas por este instrumento normativo de trabalho, a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos com desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei nº 10.820, de 17/12/2003.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

Por se tratar de categoria profissional de asseio e conservação, cuja atividade é essencial para o bem estar da sociedade, e também por representar a base da pirâmide Laboral, os Sindicatos Convenentes, em prol da valorização social do trabalho, e para evitar qualquer possibilidade de precarização do trabalho, acordam que a homologação e quitação de rescisão dar-se-á na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica acordado entre os Sindicatos Convenentes acerca da obrigatoriedade das empresas de realizarem todas as homologações de rescisões de contrato de trabalho com mais de 1(hum) ano de duração na sede do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A assistência sindical para homologação das rescisões de contrato de trabalho com mais de 1 (hum) ano de duração é da competência do sindicato laboral, em cuja jurisdição o empregado prestou serviços nos últimos 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: PRAZO DE PAGAMENTO DE RESCISÃO:

a) O pagamento das parcelas constantes no recibo de quitação deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia útil, incluindo-se o do vencimento.

b) Enquadram-se na previsão da presente cláusula:

- A rescisão antecipada, pelo empregador ou empregado, do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão por justa causa;
- A demissão com aviso prévio indenizado, dispensado o seu cumprimento;
- O pedido de demissão pelo empregado, com dispensa do cumprimento do aviso prévio;
- O término do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão com cumprimento do aviso prévio;
- O pedido de demissão pelo empregado, com cumprimento do aviso prévio;
- Demissão consensual.

Aviso Prévio

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO

O empregado que estiver em cumprimento do aviso prévio poderá ser transferido para dentro do mesmo Município onde exerce suas funções. E se, neste período, o empregado demitido conseguir outro emprego, fica dispensado do restante do cumprimento do aviso e respectivo pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cumprimento do prazo do aviso prévio previsto na legislação nº 12.506/11 dar-se-á de forma proporcional, aplicando-se integralmente tanto para empregado quanto para as empresas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do contrato de trabalho ficar suspenso por motivo de doença ou acidente de trabalho, com percepção de auxílio doença ou acidente, por mais de um ano, o período suspenso não será computado para o cálculo do aviso prévio proporcional.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RESCISÃO

As empresas obrigam-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme determina a Lei nº 7.855/89 e Instrução Normativa nº 04/2002 da Secretaria de Relações do Trabalho, publicada no DOU de 03.12.2002.

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data de sua correção salarial (data base), não terá direito à indenização adicional de 1 salário mensal, ficando prejudicado o disposto no artigo 9º, da Lei nº 7.238/84, por força da Lei 13.467/17, desde que o encerramento total ou parcial do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador de serviço (empresa contratante de prestação de serviços).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EXPERIÊNCIA

É vedado às empresas firmarem contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado na mesma função, quando readmitidos no período de 3 (três) meses após a respectiva demissão.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de experiência será de até 60 (sessenta) dias, podendo ser renovado por mais 2 (dois) períodos de até 60 (sessenta) dias. Em caso de quebra do respectivo contrato, fica, desde já, as partes desobrigadas do cumprimento do disposto nos artigos 479 e 480 da CLT.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DESVIO DE FUNÇÃO

O desvio de função será caracterizado quando o empregado exercer função diferente da que foi contratado por um período superior a 50% do seu turno de trabalho diariamente pelo prazo máximo de 90 dias durante o ano vigente, devendo prevalecer a remuneração à maior. Essa diferença de remuneração deverá ser paga a título de indenização no contra-cheque correspondente ao mês de competência em que o empregado exerceu função diferente da contratada.

Transferência setor/empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MUDANÇA DO LOCAL DE TRABALHO

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados, com antecedência de 72h (setenta e duas horas), as mudanças de horário e local de trabalho atinente a cada caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese do empregado ficar sem setor destinado para prestação de seus serviços, o mesmo deverá apresentar-se, no dia seguinte, à sede da empresa para nova designação e, até que tal ocorra, ficará garantido o recebimento dos seus salários e a marcação do ponto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado que estiver de aviso prévio poderá ser transferido dentro do mesmo município do local de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento ou serviço em que trabalhar o empregado. Neste caso específico, de forma a preservar o emprego, a empresa fica desobrigada do pagamento suplementar de 25% do salário.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - HOME OFFICE

Os Sindicatos convenientes acordam que as empresas e seus empregados poderão instituir trabalho no sistema home office (trabalho em domicílio), nos termos do artigo 75-A e seguintes, da CLT, pois se trata de uma realidade comum na era contemporânea do Direito do Trabalho, eis que propicia ao empregado maior autonomia na prestação de labor, menor desgaste com deslocamentos à empresa (minoração dos custos com transporte e/ou combustível), economia e racionalização de tempo hábil para resoluções de problemas particulares ou de seu interesse, maior convívio com seus familiares e, enfim, uma melhoria indubitável em sua condição social.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

O prazo de estabilidade do empregado será, exclusivamente, desde a sua eleição até o final de seu mandato, não podendo ser dispensado sem justa causa nesse período.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de quaisquer documentos, ou sua devolução, à empresa ou ao empregado, deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pelo empregador e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

PARÁGRAFO ÚNICO: É obrigação do empregado manter os seus dados atualizados na empresa, como endereço, telefone, nome e contato dos filhos, estado civil e/ou outras informações adicionais para a sua localização. O empregado também deverá informar a empresa os casos de alteração cadastral, que só terá valor a partir da data da respectiva comunicação, de modo que a empresa não poderá ser responsabilizada pela não atualização dos dados cadastrais do empregado.

Outras estabilidades

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GARANTIA DA GESTANTE

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, até o máximo de 2 (duas) horas, como compensação para supressão, total ou parcial de trabalho aos sábados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação, com a respectiva anuência do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de trabalho noturno as horas serão remuneradas no percentual de 20%, para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos termos do parágrafo segundo, do artigo 58, da CLT, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

Fica dispensado o acréscimo referente a hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: A liquidação dos haveres pelo empregador e/ou empregado dar-se-á até 90 (noventa) dias após o término da vigência anual do banco de horas de que trata este artigo.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO - SISTEMAS ALTERNATIVOS

As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, seja por meio manual, mecânico, eletrônico, biometria, ponto por exceção (art.74, §4º da CLT) ou qualquer outro meio que possa aferir o respectivo controle.

PARÁGRAFO ÚNICO: São considerados válidos, para os fins de direito, todos os tipos de controles de pontos, inclusive, aqueles com registro invariável de jornada de trabalho (ponto britânico) ou com rasura, desde que com a anuência do empregado.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ESCALA DE REVEZAMENTO E/OU BANCO DE HORAS ESPECÍFICO

A formalização específica de escala de revezamento e/ou de Banco de Horas deverá ser instituída através de Acordo Específico, celebrado entre a empresa e os empregados, devidamente representados pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho, sem exceção, e que seja justificada a necessidade da implantação da escala de revezamento e/ou banco de horas.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - TRABALHO SUPLEMENTAR DA MULHER

Desde que conste de seu exame médico admissional, na forma da legislação em vigor, fica autorizada a prorrogação da jornada da mulher empregada.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - JORNADA PARCIAL / REDUZIDA / TRABALHO INTERMITENTE

Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho em regime de tempo parcial, deverão estabelecer essa condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser paga de forma inferior ao piso/hora previsto na presente convenção coletiva de trabalho para a referida função nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13467/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, deverão respeitar o piso salarial da categoria, previsto na cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, não podendo ser aplicada a regra do piso/hora previsto no caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não é permitida a adoção de qualquer outro regime de jornada reduzida, sem a necessária formalização de um acordo específico celebrado entre empregadores e trabalhadores, devidamente representados pelo Sindicato Conveniente, desde que, outrossim, a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas e com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – TRABALHO INTERMITENTE - Ficam as empresas autorizadas a utilizar a modalidade de trabalho Intermitente, como condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser pago de forma inferior ao piso/hora prevista nessa convenção coletiva de trabalho para a referida função, nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13.467/2017.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ABONO DE ESTUDANTE

Fica assegurado o direito de falta ao empregado estudante no dia da prova, inclusive para exame vestibular, desde que seja avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação por escrito, e haja incompatibilidade entre o horário de trabalho e o da prova.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - INTERVALO INTERJORNADA

Os Sindicatos convenientes acordam que entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 10 (dez) horas consecutivas para descanso.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ESTABILIDADE APÓS LICENÇA

O empregado afastado do serviço por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, por doença, devidamente comprovada pelo Órgão Previdenciário, terá garantia de emprego por mais 30 (trinta) dias, a partir da alta médica.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS

As empresas obrigam-se a avisar, com 15 (quinze) dias de antecedência ao empregado, quando este deverá entrar em férias, de acordo com a Legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas obrigam-se a efetuar o pagamento das férias até 02 (dois) dias antes do início das mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas poderão optar em comum acordo com o empregado, o gozo das férias em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, respeitando-se o limite legal para o gozo integral das férias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dias úteis não trabalhados poderão ser compensados nas férias.

PARÁGRAFO QUARTO: O dia do início das férias poderá ocorrer nos dias que antecedem a feriados ou ao dia do repouso semanal remunerado do empregado.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE TRABALHO

As empresas deverão implantar medidas que visem a melhoria de suas instalações, bem como das condições de trabalho dos empregados, nos vestiários e refeitórios.

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - PROTEÇÃO AO TRABALHO - E.P.I

As empresas obrigam-se a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (luva de borracha, cinto de segurança, máscara, e outros) adequados ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, nos termos do Art. 166, da Portaria nº 3.214, de 08.06.78.

PARÁGRAFO ÚNICO: O EPI –Equipamento de Proteção Individual, quando fornecido pelas empresas, é de uso obrigatório pelo empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, e a reincidência considerada falta grave, nos termos do art. 482, da CLT.

Uniforme

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - UNIFORME

As empresas fornecerão gratuitamente 04 (quatro) uniformes por ano a seus trabalhadores, quando obrigatório o seu uso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Entende-se por uniforme, a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os uniformes e EPI's, tais como botas, luvas, aventais, guardapós ou outras peças de indumentárias necessárias ao atendimento da focalizada exigência, deverão ser restituídas no estado de uso em que se encontrarem ao ensejo da extinção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. Tal previsão deverá constar do contrato de trabalho do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa.

PARÁGRAFO QUINTO: A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso comum.

Exames Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - EXAMES MÉDICOS

As empresas realizarão exames médicos periódicos em todos os empregados, conforme legislação em vigor, bem como os exames admissionais e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora 7 - NR 7.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos e odontológicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelo Órgão Previdenciário e seus conveniados, bem como das clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral e das clínicas conveniadas pelas empresas, sem prejuízo das hipóteses previstas em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 48 horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsele ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão nos locais de serviço, um estojo contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONVÊNIOS

As empresas poderão firmar convênios de Assistência Médica, Odontológica, Laboratoriais e com Farmácias, para atendimento aos seus empregados.

Relações Sindicais

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - DELEGADO SINDICAL

O Sindicato Laboral poderá indicar Delegados na proporção de 01 (um) por 150 (cento e cinquenta) empregados, até o máximo de 06 (seis) Delegados Sindicais por empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Delegados Sindicais indicados pelo Sindicato Laboral, somente poderão ser dispensados do emprego por justa causa, devidamente comprovada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Delegados e Diretores terão direito a 03 (três) dias de abono mensal, a serviço do Sindicato Laboral, desde que solicitado por escrito, avisando as empresas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os Delegados não poderão ser transferidos do setor, salvo no encerramento do contrato de serviço, falta grave ou a pedido do cliente.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL CONFEDERATIVA LABORAL - ART.8º, IV, CF

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através do Processo TST-PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000, flexibilizaram os descontos da contribuição social com requisito do direito de oposição, prevalecendo, outrossim, o princípio legal do acordado sobre o legislado, bem como o disposto na nota Técnica Número 01 do Ministério Público do Trabalho de 27/04/2018, as empresas descontarão mensalmente de todos os empregados, a importância no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por mês, de cada integrante da categoria profissional, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária do dia 03/02/2021, Publicada no Jornal Meia Hora, no dia 27/01/21, folhas 06, para os benefícios sociais oferecidos pela Entidade, bem como serviços jurídicos (área trabalhista; vara de família; previdenciária e homologações); serviços de fiscalização trabalhista (conferência de cálculos trabalhistas; cálculos para aposentadoria; trâmites para aposentadoria junto ao INSS e, acompanhamento do processo) e balcão de emprego, além da manutenção e incremento tecnológico dos cursos e treinamentos para qualificação da mão de obra. O aludido desconto será efetuado na folha de pagamento com base no caput do Art. 462, da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A deliberação dos trabalhadores em assembleia será tida como fonte de anuência prévia e expressa dos empregados para efeito de desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO –As empresas deverão efetuar o pagamento da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral no prazo de 05 (cinco) dias após o desconto em folha, somente através de boleto Bancário emitido pelo site do Sindicato www.asseiomrj.com.br ou www.siemaco-rio.com.br, e enviar ao Sindicato Laboral, cópia da folha de pagamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias. O atraso no pagamento incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral, acrescidos de atualização monetária. A quitação definitiva deste pagamento só se consolidará com a apresentação da folha de pagamento que poderá ser enviada ao Sindicato Laboral através de E-mail.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas reterão os valores descontados dos seus empregados, até que receba oficialmente da SIEMACO-RIO a listagem do(s) empregado(s) que opuseram ao aludido desconto.

PARÁGRAFO QUARTO – A entidade Sindical Laboral deverá enviar ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro as atas de assembleia registrando a aprovação da contribuição em favor da SIEMACO-RIO, em até 10 (dez) dias contados do dia da realização da Assembleia.

PARÁGRAFO QUINTO – Fica garantido a todo trabalhador pertencente à categoria profissional de Asseio e Conservação o direito de oposição ao referido desconto, no prazo de 10 (dez) dias contados do Protocolo de pedido de registro no MTE.

PARÁGRAFO SEXTO – A manifestação de oposição deverá contar com a identificação legível e a assinatura do empregado, que deverá ser assinado e entregue na sede da entidade sindical, sem efeito retroativo.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SIEMACO-RIO encaminhará às Empresas da categoria econômica envolvida, nos dez dias subsequentes ao término do aprazado previsto no Parágrafo Terceiro, a relação dos que se opuseram ao aludido desconto.

PARÁGRAFO OITAVO – A empresa terá que restituir ao(s) seu(s) empregado(s) o valor desconto da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral no seu contracheque, no mês seguinte ao recebimento da lista do(s) empregado(s) que se opuseram ao aludido desconto, encaminhado pela SIEMACO-RIO.

PARÁGRAFO NONO: Esta cláusula passará a ter validade a partir de maio/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL - OUTUBRO/2021

As empresas deverão descontar mensalmente em folha de pagamento a mensalidade dos associados, no valor de R\$42,00 (quarenta e dois reais), a partir do mês de maio/21, e repassá-las ao Sindicato Laboral da categoria, até dez dias após o desconto, devendo o Sindicato Laboral apresentar à empresa, em tempo hábil, a relação dos seus associados. O atraso no repasse desta mensalidade incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da mensalidade reajustada, mais a atualização monetária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- As empresas deverão efetuar o repasse da mensalidade descontada de seus empregados, através de boleto bancário emitido pelo site do sindicato www.asseiomrj.com.br, ou www.siemaco-rio.com.br, tendo a partir daí, prazo de 5 (cinco) dias para enviarem à sede do Sindicato Laboral, a listagem dos sócios quitados para aquisição do recibo definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em caso de discordância entre a lista enviada pelo Sindicato com o pagamento feito pela Empresa, deverá a mesma apresentar e enviar ao Sindicato, justificativa dos associados não quitados.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - MAIO/2021

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão para o Sindicato Patronal, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembléia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/2021, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, uma Contribuição Assistencial Patronal, valor total de 1 (um) piso salarial da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 28 de Maio de 2021, nos termos da CR/CNC n.047/2019. A empresa que não recolher até o dia 28 de Maio de 2021, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL

Considerando que o artigo 578, da CLT, já com a redação dada pela Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista), manteve, outrossim, a previsão da contribuição sindical patronal, e mediante o disposto na nota técnica nº 2/2018, do Ministério Público do Trabalho, assim como recente decisão do TST (autos PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000), que outorgaram a possibilidade de cobrança da contribuição sindical para toda a categoria (sejam filiados ou não filiados), fica autorizado previamente, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/21, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, a cobrança da contribuição sindical patronal, de acordo com as regras previstas na CLT, ora disponibilizada para emissão através do site do SEAC-RJ, www.seac-rj.com.br, ou o site da caixa econômica federal www.caixa.gov.br.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL - CERSIN

Por força do Artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, que prevê a valorização social do trabalho, e em atenção aos termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, que resguarda direitos dos empregados contra a prática de precarização de mão de obra, as empresas para participarem em licitações públicas ou privadas, ou ainda para contratarem com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, individualmente, para qualquer empresa, indistintamente, seja associada ou não, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção Coletiva de Trabalho;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A falta de certidão ou vencido seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, permitirá às empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenientes, nos casos de licitação pública ou privada, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas, por via administrativa e/ou judicial.

PARÁGRAFO QUARTO: Somente será expedida a Certidão de Regularidade Sindical (CERSIN), para a empresa que estiver cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas da presente convenção.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO CONTRATO DE TRABALHO

Fica acordado entre as partes convenientes, que qualquer alteração no contrato de trabalho, inclusive para convalidar os acordos individuais, se necessário, poderão ser realizados com a aquiescência do Sindicato Laboral, independente de lei e/ou Medida Provisória.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - DIA DO EMPREGADO DE ASSEIO

Fica assegurado o dia 16 de Maio como sendo o "Dia do Empregado de Asseio e Conservação", data esta em que será eleito o Servente-Padrão, ocasião em que ambas as entidades promoverão um evento festivo.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DIVERGÊNCIAS

As divergências surgidas na vigência desta Convenção poderão ser dirimidas pelos Sindicatos Convenentes, através de Termos Aditivos específicos, bem como na Comissão de Conciliação Prévia Intersindical ou na Justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO-CICPAC

Os Sindicatos Convenentes revalidam a Cláusula Sexagésima Oitava – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada para o período de 1º de Março de 2020 a 28 de Fevereiro de 2021, registrada no MTE sob a MR013716/2020, da forma que se segue:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia de Asseio e Conservação – CICPAC, nos termos da presente Cláusula, prevista no Art. 625-A da CLT, é composta de 1 (um) representante dos empregadores e 1 (um) representante dos empregados, e respectivos suplentes, com mandato de 1 (um) ano prorrogável por mais 1 (um) ano, com o objetivo de buscar a conciliação de conflitos individuais de trabalho.

1.1 - Todas as demandas de natureza trabalhista, apresentadas pelo empregado ou pela empresa, no âmbito da representatividade dos convenentes, na jurisdição das Varas de Trabalho da Comarca do Rio de Janeiro, serão submetidas previamente à CICPAC, conforme determina o Art. 625-D da CLT.

1.2 - Não haverá qualquer hierarquia nem subordinação entre os membros da CICPAC.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia de Asseio e Conservação – CICPAC tem sede na Rua Leandro Martins, nº 10, sala 701, Centro – Rio de Janeiro, e funciona de 2ª a 6ª feira, no horário das 9:00 às 17:00 horas, tendo base territorial idêntica à jurisdição das Varas de Trabalho da Comarca do Rio de Janeiro.

2.1 - A demanda será recebida por escrito pela Secretaria da CICPAC, que designará, na mesma oportunidade, dia e hora da sessão de conciliação, entregando recibo ao demandante.

2.2 - Para formular a demanda, o demandante deverá apresentar todas as provas documentais, além do nome, endereço e CEP da demandada.

2.3 - A sessão de tentativa de conciliação deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do ingresso da demanda.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A título de reposição de despesas da CICPAC, será cobrado uma taxa no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta reais), a ser pago pela empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, sendo que, para as demais empresas, será cobrada uma taxa no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), ambas por cada sessão de conciliação realizada.

3.1 - A remuneração dos representantes dos Sindicatos Convenientes na CICPAC é de responsabilidade de cada Sindicato respectivo.

3.2 - Não será cobrada qualquer quantia se qualquer das partes se ausentar.

3.3 - Em hipótese alguma o empregado arcará com qualquer encargo.

PARÁGRAFO QUARTO: A CICPAC notificará a empresa por meio de comunicação mais rápido possível, podendo, para tanto, ser utilizado fax, e-mail, e outros, com no mínimo cinco dias de antecedência à realização da sessão de conciliação, devendo constar dos autos, cópia dessa notificação juntamente com o comprovante de recebimento.

4.1 – Da notificação constará, necessariamente, o nome dos demandantes, o local, a data e a hora da sessão de conciliação, bem como a advertência de que a demandada deverá comparecer na pessoa de seu representante legal ou ser representado por preposto com poderes específicos para transigir ou firmar acordo, além de apresentar cópia do contrato social da demandada.

4.2 – Quando da realização da sessão de conciliação, a demandada apresentará todas as provas documentais que achar necessário.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso qualquer das partes não compareça à sessão de conciliação, os conciliadores da CICPAC, presentes à sessão, firmarão declaração acerca do fato, com descrição do objeto da demanda, bem como sobre a impossibilidade da conciliação, entregando cópia aos interessados.

PARÁGRAFO SEXTO: Os advogados terão livre acesso às audiências de Conciliação Prévia e poderão assistir empregados e empregadores, terem vistas dos documentos e manifestarem-se em sessão de conciliação.

6.1 – Não prosperando a conciliação, será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CICPAC, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

6.2 – Aceita a conciliação será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CICPAC presentes à sessão, fornecendo cópia às partes.

6.3 – O Termo de Conciliação é título executivo extrajudicial e têm eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, de acordo com o parágrafo único, do Art. 625-E, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.958, de 12.01.2000.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Caberá ao Sindicato Laboral a indicação e remuneração de um secretário que atuará nas sessões.

PARÁGRAFO OITAVO: O funcionamento da Secretaria será de responsabilidade dos Sindicatos Convenientes.

PARÁGRAFO NONO: Os Sindicatos comunicarão a instalação da Comissão aos Juízes das Varas de Trabalho com jurisdição em sua base territorial para efeito do Art. 625-D, da CLT, com redação dada pelo Lei nº 9.958/00.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - OBRIGATORIEDADE

Visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, as empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - REFORMA TRABALHISTA LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

Os Sindicatos Convenientes acordam que a Lei nº 13.467/17 terá efeito imediato e aplicação integral nos contratos de trabalho em curso, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, nos termos do artigo 5º, da XXXVI, da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - PRINCÍPIOS DA UNICIDADE SINDICAL E VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

As empresas que venham a prestar serviços de Asseio e Conservação no Município do Rio de Janeiro deverão cumprir integralmente os termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como possíveis Acordos Coletivos de Trabalho firmados com o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, sendo vedado, para todos os fins de direito, em nome dos Princípios Constitucionais da Unicidade Sindical e da

valorização social do trabalho, a celebração de qualquer outro Instrumento Normativo firmado com outros entes sindicais e com condições de remuneração salarial inferiores.

PARÁGRAFO ÚNICO: O piso salarial mínimo para a função de servente é no valor de R\$1.301,00 (um mil e trezentos e um reais), para jornada normal de trabalho previsto no art. 7, inciso XIII, da CF, sendo vedado qualquer pacto normativo prevendo piso salarial menor que o previsto na presente convenção coletiva de trabalho.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do empregado, nos termos do Art. 7º, XXVI, da Constituição Federal e, visando a que, conjuntamente, as partes aqui convencionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações trabalhistas elencadas nesta convenção e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou o Sindicato Laboral e/ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexecutável, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal. Esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente - tomador de serviços de asseio e conservação por parte principalmente do Sindicato Laboral, visando a alertá-lo para a impossibilidade matemático-financeira do preço (inexecutável) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, outrossim, com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 8.666 de 21/6/93.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - ANTECIPAÇÃO DA DATA BASE

As partes poderão deliberar sobre a antecipação da data base da categoria de Asseio e Conservação, caso a data base do Salário Mínimo Nacional seja antecipada.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - PERÍODO DE ADAPTAÇÃO À NOVA FUNÇÃO

A empresa poderá alterar o contrato de trabalho do empregado até o prazo de 6 (seis) meses da promoção de cargo, caso o mesmo não tenha se adaptado às rotinas da nova função, ocasião em que, de forma a preservar o emprego, o mesmo será revertido ao cargo efetivo e anteriormente ocupado, inclusive, com o salário anterior à respectiva promoção.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, será firmado pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: O termo previsto no caput da presente cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA - DO REGISTRO DA NORMA COLETIVA DE TRABALHO

Os Sindicatos Convenientes revalidam o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 614 da CLT, determinando que as Convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data do respectivo protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego, criando direitos e obrigações, bem como produzindo seus efeitos legais reconhecidos pelo inciso XXVI, do artigo 7º, da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O depósito das normas coletivas de trabalho no sistema mediador do MTE, nos termos da imensa jurisprudência do TST (PRECEDENTES), servirá única e exclusivamente para fins de publicidade.

RICARDO COSTA GARCIA
Presidente
SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO

MANOEL MARTINS MEIRELES
Presidente
SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO
MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ

ANEXOS
ANEXO I - ATA

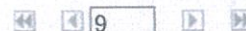
Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

PE 003/21 - Gerenciam. de Serv Terc. - Apoio Adm. : HISTÓRICO DO CHAT ÀS 20/05/2021 11:36:20

- ▶ 26/03/2021 10:15:34 - Sistema : Proponente 22, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:34 - Sistema : Proponente 26, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:34 - Sistema : Proponente 27, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:34 - Sistema : Proponente 28, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:34 - Sistema : Proponente 29, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:34 - Sistema : Proponente 3, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:34 - Sistema : Proponente 30, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:34 - Sistema : Proponente 35, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:34 - Sistema : Proponente 4, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:35 - Sistema : Proponente 10, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:35 - Sistema : Proponente 16, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:35 - Sistema : Proponente 18, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:35 - Sistema : Proponente 19, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:35 - Sistema : Proponente 21, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:35 - Sistema : Proponente 23, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:35 - Sistema : Proponente 24, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:35 - Sistema : Proponente 31, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:35 - Sistema : Proponente 32, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:35 - Sistema : Proponente 33, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:35 - Sistema : Proponente 36, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:35 - Sistema : Proponente 42, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:35 - Sistema : Proponente 8, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:36 - Sistema : Proponente 1, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:36 - Sistema : Proponente 13, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:36 - Sistema : Proponente 14, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:36 - Sistema : Proponente 15, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:36 - Sistema : Proponente 20, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:36 - Sistema : Proponente 38, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:36 - Sistema : Proponente 39, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:36 - Sistema : Proponente 40, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:36 - Sistema : Proponente 5, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:36 - Sistema : Proponente 7, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:15:36 - Sistema : Proponente 9, classificado para o item 12 na Classificação de Propostas
- ▶ 26/03/2021 10:18:48 - Sistema : Encerrada etapa de classificação de propostas.
- ▶ 26/03/2021 10:20:08 - Pregoeiro : Abriremos em seguida à fase de lances referente ao LOTE/ITEM 1 - Administração Central.
- ▶ 26/03/2021 10:20:33 - Pregoeiro : Sugiro que selecionem e deixem em aberto apenas o item a ser licitado no momento.
- ▶ 26/03/2021 10:21:30 - Sistema : Sessão de Lances aberta para o Item 1. Abertura e fechamento manual. Por favor clique no botão Atualizar.
- ▶ 26/03/2021 10:23:33 - Pregoeiro : Srs. Licitantes, esta é uma ótima oportunidade para contratar com o Estado do RJ.
- ▶ 26/03/2021 10:23:42 - Sistema : Lance registrado R\$ 16.021.500,00 para o Item 1
- ▶ 26/03/2021 10:23:53 - Pregoeiro : Para este certame esperamos uma boa disputa de lances. Vamos lá!!!
- ▶ 26/03/2021 10:24:47 - Sistema : Lance registrado R\$ 18.000.000,00 para o Item 1
- ▶ 26/03/2021 10:25:31 - Sistema : Lance registrado R\$ 12.000.000,00 para o Item 1
- ▶ 26/03/2021 10:25:36 - Sistema : Lance registrado R\$ 19.000.000,00 para o Item 1
- ▶ 26/03/2021 10:26:03 - Sistema : Lance registrado R\$ 22.500.000,00 para o Item 1
- ▶ 26/03/2021 10:26:08 - Pregoeiro : Srs. Licitantes, ATENÇÃO aos valores inexequíveis ofertados!
- ▶ 26/03/2021 10:26:32 - Sistema : Lance registrado R\$ 11.999.999,99 para o Item 1
- ▶ 26/03/2021 10:27:14 - Sistema : Lance registrado R\$ 16.000.000,00 para o Item 1
- ▶ 26/03/2021 10:27:52 - Sistema : Lance registrado R\$ 19.548.000,00 para o Item 1
- ▶ 26/03/2021 10:28:12 - Sistema : Lance registrado R\$ 22.100.000,00 para o Item 1
- ▶ 26/03/2021 10:28:36 - Sistema : Lance registrado R\$ 17.000.000,00 para o Item 1

Itens (401 - 450) de 2801 Itens

[Imprimir](#)[Fechar](#)

PE 003/21 - Gerenciam. de Serv Terc. - Apoio Adm. : HISTÓRICO DO CHAT ÀS 17/05/2021 17:03:11

- ▶ 17/05/2021 15:21:50 - Sistema : Declarado Vencedor para o Item 1: Proponente MGS CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI.
- ▶ 17/05/2021 15:21:50 - Sistema : Declarado Vencedor para o Item 2: Proponente ESPECIALTY TERCEIRIZAÇÃO LTDA..
- ▶ 17/05/2021 15:21:51 - Sistema : Declarado Vencedor para o Item 3: Proponente ESPECIALTY TERCEIRIZAÇÃO LTDA..
- ▶ 17/05/2021 15:21:51 - Sistema : Declarado Vencedor para o Item 4: Proponente VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA.
- ▶ 17/05/2021 15:21:51 - Sistema : Declarado Vencedor para o Item 5: Proponente PROATIVIDADE CONSULTORIA EMPRESARIAL E GESTÃO DE RH LTDA.
- ▶ 17/05/2021 15:21:52 - Sistema : Declarado Vencedor para o Item 6: Proponente CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
- ▶ 17/05/2021 15:21:53 - Sistema : Declarado Vencedor para o Item 7: Proponente CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
- ▶ 17/05/2021 15:21:53 - Sistema : Declarado Vencedor para o Item 8: Proponente VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA.
- ▶ 17/05/2021 15:21:53 - Sistema : Declarado Vencedor para o Item 9: Proponente VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA.
- ▶ 17/05/2021 15:21:54 - Sistema : Declarado Vencedor para o Item 10: Proponente VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA.
- ▶ 17/05/2021 15:21:54 - Sistema : Declarado Vencedor para o Item 11: Proponente IBS ADMINISTRACAO DE SERVICOS E LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI.
- ▶ 17/05/2021 15:21:54 - Sistema : Declarado Vencedor para o Item 12: Proponente MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI.
- ▶ 17/05/2021 15:26:12 - Pregoeiro : Senhores, daremos início ao prazo recursal.
- ▶ 17/05/2021 15:27:42 - Pregoeiro : As empresas interessadas poderão se manifestar quanto ao interesse em interpor recursos, no prazo de 30 (trinta) minutos, conforme item 13.1 do Edital.
- ▶ 17/05/2021 15:27:56 - Sistema : Prazo Recursal Iniciado. Por favor clique no botão Atualizar.
- ▶ 17/05/2021 15:58:03 - Sistema : Proponente AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA manifestou intenção de interpor recurso, com as seguintes razões: A Agile Corp Serviços Especializados Ltda, vem manifestar recursos contra a nossa Inabilitação no Lote 1 e contra a Habilitação das Empresas vencedoras dos Lotes 2,3 e 4, o qual manifestaremos no prazo designado em nossas Peças Recursais..
- ▶ 17/05/2021 15:58:03 - Sistema : Proponente CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA manifestou intenção de interpor recurso, com as seguintes razões: Conforme nosso direito assegurado a ampla defesa e ao contraditório, manifestamos intenção de recorrer contra a nossa desclassificação para os Lotes I, II, III, V, XI e XII por contrariar a legislação vigente conforme detalharemos na peça recursal..
- ▶ 17/05/2021 15:58:03 - Sistema : Proponente JGM SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA EPP manifestou intenção de interpor recurso, com as seguintes razões: Manifesto intenção de recurso contra a inabilitação da JGM Serviços, uma vez que a CCT RJ 713/2021 informada pela Assessoria contábil que era para ser utilizada, foi registrada após o início da licitação, o que se torna impossível de ser praticada. Além de tal argumentação não ser motivação para desclassificação da proposta. Maiores fundamentações serão expostas na peça recursal..
- ▶ 17/05/2021 15:58:03 - Sistema : Proponente LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LDA manifestou intenção de interpor recurso, com as seguintes razões: A LAPA TERCEIRIZACOES E PLANEJAMENTO LTDA manifesta a intenção de recorrer contra sua inabilitação, baseada em critério previsto em Lei, bem como contra a habilitação e classificação da empresas declaradas vencedoras, como será demonstrado nas razões recursais..
- ▶ 17/05/2021 15:58:04 - Sistema : Proponente ESPECIALTY TERCEIRIZAÇÃO LTDA. manifestou intenção de interpor recurso, com as seguintes razões: Nos termos do Art.4º, inc. XVIII, da Lei nº 10.520 e consoante ao Acórdão nº 339/2010-Plenário (o qual recomenda a não rejeição da intenção), manifesto o direito de interposição de recurso contra decisão do pregoeiro em habilitar o requerido licitante com proposta em desacordo com edital..
- ▶ 17/05/2021 15:58:04 - Sistema : Proponente MULTIPLY SERVICOS E MANUTENÇÃO EIRELI manifestou intenção de interpor recurso, com as seguintes razões: Prezado pregoeiro, manifestamos nossa intenção de recurso, tendo em vista que a documentação exigida no edital é por demais específica e necessitamos de vistas ao processo para melhor embasamento de nossas razões, assim sendo solicitamos desde já acesso e vistas a toda documentação das empresas vencedoras, uma vez que a habilitação não foi anexada no sistema. Manifestamos também, contra nossa inabilitação. Solicitamos abertura do prazo de recurso, permitindo assim o cumprimento dos art. 5º e 26º da Lei Federal 5.450 de 31 de maio de 2005..
- ▶ 17/05/2021 15:58:04 - Sistema : Prazo Recursal Encerrado. Por favor clique no botão Atualizar.
- ▶ 17/05/2021 16:01:54 - Sistema : Intenção de Recurso do Proponente CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA - Foi acatado pelo Pregoeiro.
- ▶ 17/05/2021 16:03:14 - Pregoeiro : A Intenção de Recurso do Proponente CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA foi acatada pelo Pregoeiro e informado que na forma do item 13.3 do Edital Convocatório, as razões e contrarrazões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail comissao@faetec.rj.gov.br, com posterior envio do original no Protocolo Central da FAETEC, desde que observado, quanto a este último, o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração de vencedor do certame, até 20/05/2021 às 17h.
- ▶ 17/05/2021 16:04:08 - Sistema : Intenção de Recurso do Proponente AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - Foi acatado pelo Pregoeiro.
- ▶ 17/05/2021 16:05:08 - Pregoeiro : A Intenção de Recurso do Proponente AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA foi acatada pelo Pregoeiro e informado que na forma do item 13.3 do Edital Convocatório, as razões e contrarrazões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail comissao@faetec.rj.gov.br, com posterior envio do original no Protocolo Central da FAETEC, desde que observado, quanto a este último, o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração de vencedor do certame, até 20/05/2021 às 17h.
- ▶ 17/05/2021 16:05:52 - Sistema : Intenção de Recurso do Proponente LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LDA - Foi acatado pelo Pregoeiro.
- ▶ 17/05/2021 16:06:29 - Pregoeiro : A Intenção de Recurso do Proponente LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LDA foi acatada pelo Pregoeiro e informado que na forma do item 13.3 do Edital Convocatório, as razões e contrarrazões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail comissao@faetec.rj.gov.br, com posterior envio do original no Protocolo Central da FAETEC, desde que observado, quanto a este último, o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração de vencedor do certame, até 20/05/2021 às 17h.
- ▶ 17/05/2021 16:07:14 - Sistema : Intenção de Recurso do Proponente JGM SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA EPP - Foi acatado pelo Pregoeiro.
- ▶ 17/05/2021 16:07:50 - Pregoeiro : A Intenção de Recurso do Proponente JGM SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA EPP foi acatada pelo Pregoeiro e informado que na forma do item 13.3 do Edital Convocatório, as razões e contrarrazões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail comissao@faetec.rj.gov.br, com posterior envio do original no Protocolo Central da FAETEC, desde que observado, quanto a este último, o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração de vencedor do certame, até 20/05/2021 às 17h.
- ▶ 17/05/2021 16:08:02 - Sistema : Intenção de Recurso do Proponente ESPECIALTY TERCEIRIZAÇÃO LTDA. - Foi acatado pelo Pregoeiro.
- ▶ 17/05/2021 16:08:41 - Pregoeiro : A Intenção de Recurso do Proponente ESPECIALTY TERCEIRIZAÇÃO LTDA foi acatada pelo Pregoeiro e informado que na forma do item 13.3 do Edital Convocatório, as razões e contrarrazões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail comissao@faetec.rj.gov.br, com posterior envio do original no Protocolo Central da FAETEC, desde que observado, quanto a este último, o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração de vencedor do certame, até 20/05/2021 às 17h.
- ▶ 17/05/2021 16:09:04 - Sistema : Intenção de Recurso do Proponente MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI - Foi acatado pelo Pregoeiro.
- ▶ 17/05/2021 16:09:54 - Pregoeiro : A Intenção de Recurso do Proponente MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI foi acatada pelo Pregoeiro e informado que na forma do item 13.3 do Edital Convocatório, as razões e contrarrazões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail comissao@faetec.rj.gov.br, com posterior envio do original no Protocolo Central da FAETEC, desde que observado, quanto a este último, o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração de vencedor do certame, até 20/05/2021 às 17h.
- ▶ 17/05/2021 16:11:40 - Pregoeiro : Senhores licitantes, mais uma vez peço máxima atenção para as seguintes orientações.
- ▶ 17/05/2021 16:13:49 - Pregoeiro : Até o momento o certame apresenta empresas habilitadas que foram declaradas vencedoras conforme abaixo:

PE 003/21 - Gerenciam. de Serv Terc. - Apoio Adm. : HISTÓRICO DO CHAT ÀS 17/05/2021 17:19:19

- ▶ 17/05/2021 14:42:42 - Pregoeiro : A proponente apresentou CCTRJ002301/2019 vencida.
- ▶ 17/05/2021 14:42:52 - Pregoeiro : Após diligência feita pela Assessoria de Contabilidade da Faetec foi utilizado como base de análise o TERMO ADITIVO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO RJ002537/2019 que prorroga a CCTRJ002301/2019, apresentada.
- ▶ 17/05/2021 14:43:07 - Pregoeiro : Foi constatado ainda, pelo setor técnico da Assessoria Contábil, que a proponente apresentou a proposta de acordo com as exigências do edital.
- ▶ 17/05/2021 14:43:17 - Pregoeiro : As documentações relativas aos itens 12.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA e a 12.3 - REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA, foram analisadas pela Comissão Permanente de Pregão Eletrônico, estando em conformidade com as exigências do edital.
- ▶ 17/05/2021 14:43:39 - Pregoeiro : A respectiva documentação do item 12.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA foi submetida à Assessoria de Contabilidade da FAETEC, que confirmou o atendimento das exigências do edital.
- ▶ 17/05/2021 14:44:02 - Pregoeiro : No que se refere à documentação referente ao 12.5 - QUALIFICAÇÕES TÉCNICA, foi submetida à Diretoria de Apoio Operacional/FAETEC, que confirmou o atendimento das exigências do edital convocatório.
- ▶ 17/05/2021 14:44:31 - Pregoeiro : Sendo assim, a empresa VINIL SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE CALDEIRARIA LTDA-ME, encontra-se HABILITADA para o Lote VIII.
- ▶ 17/05/2021 14:44:51 - Sistema : Proponente VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA Habilitado para o(s) Item(ns) 8
- ▶ 17/05/2021 14:46:25 - Pregoeiro : Passaremos a análise da documentação habilitatória e da proposta de preços da empresa ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO LTDA, arrematante do lote XII.
- ▶ 17/05/2021 14:46:53 - Pregoeiro : A empresa apresentou a CCTRJ000555/2020 e CCTRJ000702/2020 vencidas. Após diligência feita pela Assessoria de Contabilidade foi verificada a existência da CCTRJ000803/2021 que substitui a CCTRJ000702/2020 e abrange a região de Itaperuna.
- ▶ 17/05/2021 14:47:06 - Pregoeiro : Os salários de auxiliar de escritório e auxiliar de almoxarife estão abaixo do proposto pela CCT vigente para o município de Itaperuna.
- ▶ 17/05/2021 14:47:21 - Pregoeiro : Sendo assim, constatamos que a proposta apresentada esta em desacordo com as exigências do edital convocatório.
- ▶ 17/05/2021 14:47:51 - Pregoeiro : Passaremos a análise da documentação apresentada. As documentações relativas aos itens 12.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA e a 12.3 - REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA, foram analisadas pela Comissão Permanente de Pregão Eletrônico, estando em desacordo com as exigências do edital, uma vez que não foram apresentadas as declarações de inexistência de penalidade e de atendimento a Lei Estadual nº 7.258-16.
- ▶ 17/05/2021 14:48:58 - Pregoeiro : A respectiva documentação do item 12.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA foi submetida à Assessoria de Contabilidade da FAETEC, que confirmou o atendimento das exigências do edital.
- ▶ 17/05/2021 14:49:14 - Pregoeiro : No que se refere à documentação referente ao 12.5 - QUALIFICAÇÕES TÉCNICA, foi submetida à Diretoria de Apoio Operacional/FAETEC, que confirmou o atendimento das exigências do edital convocatório.
- ▶ 17/05/2021 14:49:27 - Pregoeiro : Sendo assim, a empresa ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO LTDA, encontra-se inabilitada para o Lote XII.
- ▶ 17/05/2021 14:50:14 - Sistema : Proponente ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO LTDA. Inabilitado para o(s) Item(ns) 12 . Justificativa: Não atendimento das exigências do edital.
- ▶ 17/05/2021 14:52:58 - Pregoeiro : Em ato contínuo, em atendimento ao item 12.1.3 do Edital, convoco o Senhor Representante da empresa detentora da proposta de preços do lance de menor valor subsequente MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI, devendo encaminhar toda a documentação prevista no Edital, bem como a proposta de preços relativa ao valor arrematado do LOTE/ITEM XII com a respectiva planilha detalhada, contendo no envelope o endereçamento: Comissão de Pregão Eletrônico - FAETEC, Rua Clarimundo de Melo, 847, Quintino Bocaiuva, Rio de Janeiro, RJ - CEP 21.311-280, no prazo máximo de (03) três dias úteis até o dia 20/05/2021, no horário de 9h às 17h, preferencialmente em formato digital PDF, via CD ou Pen Drive, em se tratando de entrega diretamente no setor de licitação.
- ▶ 17/05/2021 14:53:07 - Pregoeiro : Quando da remessa da proposta, sendo possível a concessão de desconto, apresentar o valor equalizado.
- ▶ 17/05/2021 14:56:57 - Pregoeiro : Prezados licitantes, peço que tenham máxima atenção as orientações que passaremos a expor.
- ▶ 17/05/2021 14:57:20 - Pregoeiro : Estamos realizando o presente pregão eletrônico composto por 12 (doze) LOTES, sendo o tipo de julgamento por lote.
- ▶ 17/05/2021 14:57:42 - Pregoeiro : O sistema informatizado SIGA só permite o avanço das fases (habilitação, declaração de vencedor, abertura de prazo recursal, adjudicação pelo ordenador e homologação) após o fechamento das fases em todos os lotes.
- ▶ 17/05/2021 14:58:55 - Pregoeiro : Com referência ao presente certame, dentre os 12 lotes, 07 (sete) deles apresentam empresas habilitadas aguardando a declaração de vencedor, e os outros 05 ainda estão em fase de habilitação, aguardando a documentação dos convocados na data de hoje.
- ▶ 17/05/2021 15:00:21 - Pregoeiro : Informamos que solicitamos emissão de parecer à Assessoria Jurídica desta FAETEC através do processo SEI-260005/001762/2021 acerca da possibilidade de homologação dos lotes com empresas já habilitadas, obtivemos resposta favorável, encontrando-se a mesma disponível nos documentos avulsos do Edital.
- ▶ 17/05/2021 15:01:16 - Pregoeiro : Sendo assim, informamos que seguiremos com o avanço da fase de habilitação no presente certame, para declararmos vencedores os proponentes já habilitados.
- ▶ 17/05/2021 15:01:59 - Pregoeiro : VINIL SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE CALDEIRARIA LTDA-ME arrematante dos LOTES IV, VIII, IX e X.
- ▶ 17/05/2021 15:02:15 - Pregoeiro : CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA arrematante dos LOTES VI e VII.
- ▶ 17/05/2021 15:02:34 - Pregoeiro : IBS ADMINISTRACAO DE SERVICOS E LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI arrematante do LOTE XI.
- ▶ 17/05/2021 15:04:26 - Pregoeiro : Quanto aos demais LOTES, informamos que iremos retornar as fases para prosseguirmos com a análise da documentação habilitatória.
- ▶ 17/05/2021 15:05:23 - Sistema : Proponente MGS CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI Habilitado para o(s) Item(ns) 1
- ▶ 17/05/2021 15:06:26 - Sistema : Habilitação encerrada para o Item 1
- ▶ 17/05/2021 15:08:00 - Sistema : Proponente ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO LTDA. Habilitado para o(s) Item(ns) 2
- ▶ 17/05/2021 15:08:11 - Sistema : Habilitação encerrada para o Item 2
- ▶ 17/05/2021 15:08:49 - Sistema : Proponente ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO LTDA. Habilitado para o(s) Item(ns) 3
- ▶ 17/05/2021 15:09:11 - Sistema : Habilitação encerrada para o Item 3
- ▶ 17/05/2021 15:09:40 - Sistema : Proponente PROATIVIDADE CONSULTORIA EMPRESARIAL E GESTÃO DE RH LTDA Habilitado para o(s) Item(ns) 5
- ▶ 17/05/2021 15:10:07 - Sistema : Habilitação encerrada para o Item 5
- ▶ 17/05/2021 15:10:52 - Sistema : Proponente CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA Habilitado para o(s) Item(ns) 6
- ▶ 17/05/2021 15:11:39 - Sistema : Proponente VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA Habilitado para o(s) Item(ns) 8
- ▶ 17/05/2021 15:11:52 - Sistema : Habilitação encerrada para o Item 8
- ▶ 17/05/2021 15:12:27 - Sistema : Proponente IBS ADMINISTRACAO DE SERVICOS E LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI Habilitado para o(s) Item (ns) 11
- ▶ 17/05/2021 15:12:42 - Sistema : Habilitação encerrada para o Item 11

PE 003/21 - Gerenciam. de Serv Terc. - Apoio Adm. : HISTÓRICO DO CHAT ÀS 17/05/2021 16:26:14

- ▶ 17/05/2021 14:06:37 - Pregoeiro : A empresa apresentou a CCTRJ000544/2020, vencida.
- ▶ 17/05/2021 14:07:05 - Pregoeiro : Após diligência feita pela Assessoria de Contabilidade, utilizamos a CCT RJ000713/2021 como base para análise de custos.
- ▶ 17/05/2021 14:07:32 - Pregoeiro : Os salários de auxiliar de escritório, recepcionista, auxiliar de almoxarife, almoxarife, assistente administrativo júnior e assistente administrativo sênior estão abaixo do proposto pela CCT vigente.
- ▶ 17/05/2021 14:07:58 - Pregoeiro : Sendo assim, constatamos que a proposta apresentada está em desacordo com as exigências do edital convocatório.
- ▶ 17/05/2021 14:08:41 - Pregoeiro : Em que pese à inabilitação da empresa JGM SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA eis que as propostas apresentadas estão em desacordo com as exigências do edital convocatório passaremos a análise da documentação apresentada.
- ▶ 17/05/2021 14:09:03 - Pregoeiro : As documentações relativas aos itens 12.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA e a 12.3 - REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA, foram analisadas pela Comissão Permanente de Pregão Eletrônico, estando em conformidade com as exigências do edital.
- ▶ 17/05/2021 14:09:31 - Pregoeiro : A respectiva documentação do item 12.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA foi submetida à Assessoria de Contabilidade da FAETEC, que confirmou o atendimento das exigências do edital.
- ▶ 17/05/2021 14:10:19 - Pregoeiro : No que se refere à documentação referente ao 12.5 - QUALIFICAÇÕES TÉCNICA, foi submetida à Diretoria de Apoio Operacional/FAETEC, que confirmou o atendimento das exigências do edital convocatório.
- ▶ 17/05/2021 14:10:48 - Pregoeiro : Sendo assim, a empresa JGM SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA, arrematante do lote I, encontra-se INABILITADA.
- ▶ 17/05/2021 14:12:20 - Sistema : Proponente JGM SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA EPP Inabilitado para o(s) item(ns) 1 . Justificativa: Não atendimento das exigências do Edital.
- ▶ 17/05/2021 14:14:32 - Pregoeiro : Em ato contínuo, em atendimento ao item 12.1.3 do Edital, convoco o Senhor Representante da empresa detentora da proposta de preços do lance de menor valor subsequente MGS CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, devendo encaminhar toda a documentação prevista no Edital, bem como a proposta de preços relativa ao valor arrematado do LOTE/ITEM I com a respectiva planilha detalhada, contendo no envelope o endereçamento: Comissão de Pregão Eletrônico - FAETEC, Rua Clarimundo de Melo, 847, Quintino Bocaiuva, Rio de Janeiro, RJ - CEP 21.311-280, no prazo máximo de (03) três dias úteis até o dia 20/05/2021, no horário de 9h às 17h, preferencialmente em formato digital PDF, via CD ou Pen Drive, em se tratando de entrega diretamente no setor de licitação.
- ▶ 17/05/2021 14:14:49 - Pregoeiro : Quando da remessa da proposta, sendo possível a concessão de desconto, apresentar o valor equalizado.
- ▶ 17/05/2021 14:15:35 - Pregoeiro : Passaremos a análise da documentação habilitatória e da proposta de preços da empresa CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA, arrematante dos lotes II, III e VI .
- ▶ 17/05/2021 14:16:01 - Pregoeiro : As Propostas de preço recebidas por esta comissão foram enviadas para análise junto ao setor técnico de forma a apurar se as empresas participantes apresentaram suas propostas de maneira exequível, e ainda em conformidade ao item 9 do Edital Convocatório.
- ▶ 17/05/2021 14:16:39 - Pregoeiro : As propostas apresentadas em referência aos LOTES II e III, a empresa apresentou CCT RJ000544/2020, vencida.
- ▶ 17/05/2021 14:16:59 - Pregoeiro : Após diligência feita pela Assessoria de Contabilidade, utilizamos a CCT RJ000713/2021 como base para análise de custos.
- ▶ 17/05/2021 14:17:09 - Pregoeiro : Os salários de auxiliar de escritório e auxiliar de almoxarife estão abaixo do proposto pela CCT vigente.
- ▶ 17/05/2021 14:17:29 - Pregoeiro : A CCT RJ000713/2021 prevê o valor do Benefício Social Familiar, em R\$16,00 (dezesseis reais), enquanto o apresentado é R\$ 13,00 (treze reais).
- ▶ 17/05/2021 14:17:40 - Pregoeiro : Quanto ao LOTE VI, a empresa apresentou CCT RJ000857/2020 e RJ000555/2020, ambas vencidas.
- ▶ 17/05/2021 14:17:54 - Pregoeiro : Após diligência feita pela Assessoria de Contabilidade não foi encontrada CCT vigente para as localidades. Sendo assim a análise foi feita com base nas CCTs RJ000555/2020 e RJ001398/2020.
- ▶ 17/05/2021 14:18:15 - Pregoeiro : A empresa cumpriu com todas as exigências previstas no item 9 - DA PROPOSTA DE PREÇOS do Edital- P.E. 003/2021, na proposta apresentada para o LOTE VI.
- ▶ 17/05/2021 14:19:02 - Pregoeiro : As documentações relativas aos itens 12.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA e a 12.3 - REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA, foram analisadas pela Comissão Permanente de Pregão Eletrônico, estando em conformidade com as exigências do edital.
- ▶ 17/05/2021 14:19:34 - Pregoeiro : A respectiva documentação do item 12.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA foi submetida à Assessoria de Contabilidade da FAETEC, que confirmou o atendimento das exigências do edital.
- ▶ 17/05/2021 14:19:54 - Pregoeiro : No que se refere à documentação referente ao 12.5 - QUALIFICAÇÕES TÉCNICA, foi submetida à Diretoria de Apoio Operacional/FAETEC, que confirmou o atendimento das exigências do edital convocatório.
- ▶ 17/05/2021 14:20:09 - Pregoeiro : Sendo assim, a empresa CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA, encontra-se INABILITADA para os Lotes II e III. E Habilitada para o Lote VI.
- ▶ 17/05/2021 14:22:46 - Sistema : Proponente CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA Inabilitado para o(s) item(ns) 2 . Justificativa: Não atendimento das exigências do Edital.
- ▶ 17/05/2021 14:23:10 - Pregoeiro : Em ato contínuo, em atendimento ao item 12.1.3 do Edital, convoco o Senhor Representante da empresa detentora da proposta de preços do lance de menor valor subsequente ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO LTDA, devendo encaminhar toda a documentação prevista no Edital, bem como a proposta de preços relativa ao valor arrematado do LOTE/ITEM II com a respectiva planilha detalhada, contendo no envelope o endereçamento: Comissão de Pregão Eletrônico - FAETEC, Rua Clarimundo de Melo, 847, Quintino Bocaiuva, Rio de Janeiro, RJ - CEP 21.311-280, no prazo máximo de (03) três dias úteis até o dia 20/05/2021, no horário de 9h às 17h, preferencialmente em formato digital PDF, via CD ou Pen Drive, em se tratando de entrega diretamente no setor de licitação.
- ▶ 17/05/2021 14:23:17 - Pregoeiro : Quando da remessa da proposta, sendo possível a concessão de desconto, apresentar o valor equalizado.
- ▶ 17/05/2021 14:24:14 - Sistema : Proponente CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA Inabilitado para o(s) item(ns) 3 . Justificativa: Não atendimento das exigências do Edital.
- ▶ 17/05/2021 14:24:51 - Pregoeiro : Em ato contínuo, em atendimento ao item 12.1.3 do Edital, convoco o Senhor Representante da empresa detentora da proposta de preços do lance de menor valor subsequente ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO LTDA, devendo encaminhar toda a documentação prevista no Edital, bem como a proposta de preços relativa ao valor arrematado do LOTE/ITEM III com a respectiva planilha detalhada, contendo no envelope o endereçamento: Comissão de Pregão Eletrônico - FAETEC, Rua Clarimundo de Melo, 847, Quintino Bocaiuva, Rio de Janeiro, RJ - CEP 21.311-280, no prazo máximo de (03) três dias úteis até o dia 20/05/2021, no horário de 9h às 17h, preferencialmente em formato digital PDF, via CD ou Pen Drive, em se tratando de entrega diretamente no setor de licitação.
- ▶ 17/05/2021 14:24:56 - Pregoeiro : Quando da remessa da proposta, sendo possível a concessão de desconto, apresentar o valor equalizado.
- ▶ 17/05/2021 14:26:48 - Sistema : Proponente CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA Habilitado para o(s) item(ns) 6
- ▶ 17/05/2021 14:27:36 - Pregoeiro : Passaremos a análise da documentação habilitatória e da proposta de preços da empresa IBS ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI, arrematante dos lotes V e XI.
- ▶ 17/05/2021 14:28:39 - Pregoeiro : As Propostas de preço recebidas por esta comissão foram enviadas para análise junto ao setor técnico de forma a apurar se as empresas participantes apresentaram suas propostas de maneira exequível, e ainda em conformidade ao item 9 do Edital Convocatório.
- ▶ 17/05/2021 14:29:36 - Pregoeiro : Quanto ao LOTE V, a empresa apresentou a CCT RJ000544/2020 como base para análise de custos.
- ▶ 17/05/2021 14:30:15 - Pregoeiro : Após diligência feita pela Assessoria de Contabilidade, foi utilizada a CCT RJ000713/2021.
- ▶